



**PAUTA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16º LEGISLATURA – Art. 150 DO REGIMENTO INTERNO**

**I - EXPEDIENTE:**

**Item 1** – Projeto de lei nº 012/2021, de autoria da vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, dispõem sobre as sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero, e dá outras providências;

**Item 2** – Projeto de lei nº 013/2021, de autoria da vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, que dispõem sobre a denominação do prédio público municipal do cemitério público do distrito do São Romão, localizado na vila São Romão, e dá outras providências;

**TEMA LIVRE:** Palavra dos Vereadores.

**II – ORDEM DO DIA:**

**Item 1** – Requerimento nº 082/2021, de autoria do vereador Paulo Geaneo, solicitando pavimentação em pedra tosca na sede do município;

**Item 2** – Requerimento nº 083/2021, de autoria do vereador Arioaldo Soares, solicitando ao Secretário de Saúde a inclusão dos trabalhadores da CAGECE e SISAR como grupo prioritário na programação da vacinação do covid-19;

**Item 3** – Requerimento nº 084/2021, de autoria da vereadora Sylvania Andrade, solicitando a instalação de novos bancos nas praças;



**Item 4** – Requerimento nº 085/2021, de autoria da vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, a pavimentação em pedra tosca da estrada vicinal da Chapada do Romeiro até a ladeira grande no São Romão;

**Item 5** – Requerimento nº 086/2021, de autoria da vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, fornecimento de vestimentas adequadas aos funcionários do Pder Público Municipal.



PROJETO DE LEI N° \_\_\_\_/2021

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A SEREM APLICADAS ÀS PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA/CE

aprova;

Art. 1º - É dever do Poder Público Municipal combater qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero no Município, como dispõem a Constituição Federal em seu artigo 3º, inciso IV, e a Lei Orgânica do Município em seu artigo 160 a 163-B.

Art. 2º - Será punida, pelo Poder Público Municipal, dentro de suas competências e nos termos desta Lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadãos/cidadãs homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais no município.

Art. 3º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos/das homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais para os efeitos desta lei:

I - praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;



III - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade;

IV - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

VI - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VII - praticar o empregador atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VIII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

IX - restringir o acesso ou o uso de transportes públicos, como ônibus, metrô, trens, taxis e similares;

X - recusar, negar, impedir ou dificultar a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer nível;

XI - praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a discriminação, preconceito ou prática de atos de violência ou coação contra qualquer pessoa em virtude de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;

XII - fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que incitem ou induzam à discriminação, preconceito, ódio ou violência com base na orientação sexual do indivíduo;

XIII - obstar a visita íntima, à pessoa privada de liberdade, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional onde estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam assegurados, obedecendo sempre aos parâmetros legais pertinentes à segurança do estabelecimento, nos termos das normas vigentes;



Art. 4º - São passíveis de punição o/a cidadão/cidadã, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas no Município, que atentarem contra o que dispõe esta lei.

Art. 5º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante denúncias, que poderão ser encaminhadas através de:

- I - Iniciativa direta da parte ofendida;
- II - Centros de Cidadania LGBT;
- III - Disque Direitos Humanos;
- IV - Assistência Jurídica da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Altaneira;
- V - Ato ou ofício de autoridade competente;
- VI - Organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos;

Art. 6º - A denúncia poderá ser apresentada pessoalmente, por carta, por telefone ou via Internet ao órgão municipal competente.

Parágrafo Único. À vítima, se assim desejar, será assegurado sigilo quanto a seus dados e informações pessoais.

Art. 7º - Recebida a denúncia, competirá à Secretaria Municipal de Assistência Social, através da assessoria jurídica, promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. A apuração das denúncias deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 8º - As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes, de acordo com a gravidade do fato ou a reincidência do infrator:

- I - advertência;
- II - multa de 50 (cinquenta) a 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Município de Altaneira;



III - suspensão da licença municipal para funcionamento por 30 (trinta) dias;

IV - cassação da licença municipal para funcionamento.

§ 1º - Na aplicação das multas será levada em consideração a capacidade econômica do estabelecimento infrator.

§ 2º - As penas mencionadas nos incisos II a IV deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos servidores públicos, no exercício de suas funções, responsáveis pelos atos serão punidos pessoalmente na forma do Estatuto dos Servidores Públicos.

§ 3º - Quando a infração à presente lei estiver associada a atos de violência, o Poder Público Municipal, através do órgão competente, oferecerá imediata representação ao Ministério Público para serem adotadas as medidas civis e penais cabíveis.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT - Fundo Altaneira LGTBFOBIA, para o qual reverterão as multas arrecadadas, que serão aplicadas em ações de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT.

Parágrafo único. A Secretaria de Assistência Social, através de Conselho Municipal competente do Município de Altaneira definirá os critérios de aplicação dos recursos mencionados no caput deste artigo que será administrado por órgão competente da Secretaria de Assistência Social.

Art. 10 - Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social delegar a órgão mais específico ou aplicar as penalidades previstas nesta, podendo, inclusive editar os atos complementares pertinentes a sua execução.

Art. 11 - Concluindo o processo administrativo que o fato apurado se trata de crime, além da aplicação das sanções previstas nesta lei, deverá remeter cópia da integralidade do processo administrativo ao Ministério Público e às demais autoridades competentes para as medidas cabíveis.



Art. 12 - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 13 - Todos os estabelecimentos públicos e privados, com sede no Município de Altaneira, ficam obrigados a afixar placa, em local visível, com os seguintes dizeres: "Toda e qualquer forma de discriminação ou prática de violência em razão de orientação sexual é intolerável e está sujeita às sanções previstas na Lei Municipal nº. 0000/0000".

Art. 14 - A regulamentação desta lei ficará a cargo do Poder Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua promulgação.

Art. 15 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves  
Vereadora/PT



**JUSTIFICATIVAS**

Senhor Presidente da Câmara;  
Senhores e Senhoras Vereadoras;

A referida demanda legislativa visa atender preceitos legislativos consagrado no artigo 4º, na Lei Orgânica, em que afirma que constituem os objetivos fundamentais do Município: construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem comum de todos os municípios e erradicar a pobreza, marginalização e as desigualdades sociais, bem como o preceito do artigo 160, no tocante a regulação do serviço social.

Inicialmente, destacamos que a justiça social e garantia dos direitos humanos se mostram um dos maiores desafios da sociedade moderna, o que implica em dos temas mais relevantes que tem promovido profundas mudanças no regime democrático brasileiro.

Assim, a presente propositura visa o combate do preconceito e da discriminação sofrida pela população LGBT no município. A intenção é a de coibir práticas discriminatórias sofridas todos os dias por esta população.

A homofobia é a causa principal da discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e transgêneros. Ela pode ser expressa de modo velado através de atitudes e comportamentos preconceituosos, levando à discriminação, por exemplo, na relação de emprego, locação de imóveis, nas escolas, etc. A atitude homofóbica inevitavelmente leva à injustiça e à exclusão social de quem a sofre.

Destarte, de acordo com o que prevê a Constituição Federal, tal violência não pode ser tolerada pelo Estado Democrático de Direito. A iniciativa também vai ao encontro de diversos acordos





e tratados multilaterais firmados pelo país, incluindo orientações do Comitê Geral das Nações Unidas a respeito do "combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero".

Outrossim, é importante ressaltar que as sanções de ordem administrativa contidas no presente Projeto de Lei somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo e que, caso seja averiguada qualquer conduta de ordem criminal, esta será noticiada ao Ministério Público para a adoção das medidas cabíveis.

Com efeito, não se pretende aqui legislar questões de natureza penal, civil ou trabalhista, mas sim, única e exclusivamente, sobre questões de ordem administrativa, ligadas intrinsecamente à administração pública municipal, que tem o efetivo poder de polícia, garantido pela Constituição Federal sobre sua área territorial.

Leis semelhantes foram sancionadas e estão em vigência, de maneira bem sucedida, em âmbito municipal em Campinas, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Londrina e Rio de Janeiro, por exemplo.

Urge, assim, que Altaneira se adeque e materialize ações em política públicas específicas na questão de gênero visando combater a discriminação e o preconceito na cidade.

Isto posto, na certeza de ter demonstrado, embora de modo sucinto, a pertinência da medida é que encaminho o presente projeto de lei bem como solicito a Vossa Excelência e nobres edis a apreciação e aprovação do presente projeto, nos termos regimentais.

Renovo meus sinceros votos de apreço e consideração a Vossa Excelência e ilustres pares.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves.  
Vereadora/PT



PROJETO DE LEI N° \_\_\_\_/2021

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL DO CEMITÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO DO SÃO ROMÃO, LOCALIZADO NA VILA DO SÃO ROMÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA/CE  
aprova;

Art. 1º Fica denominado o prédio público municipal do Cemitério Público, da unidade localizada na Vila do São Romão, neste município, de “CEMITÉRIO SALOMÃO GONÇALVES DE ALENCAR”.

Art. 2º O Poder Público Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá confeccionar pelos meios disponíveis, a identificação da homenagem referida no caput do artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves  
Vereadora/PT



**JUSTIFICATIVAS**

Senhor Presidente da Câmara;  
Senhores e Senhoras Vereadoras;

A referida demanda legislativa visa atender preceitos legislativos consagrado no artigo 38, XXV, na Lei Orgânica, em que afirma que compete privativamente Câmara exercer as seguintes atribuições, entre outras: denominar praças, vias, prédios e serviços públicos.

Ressaltamos que a escolha do nome levou em consideração o exemplo de vida, contribuições sociais, políticas e históricas cedido em vida; tendo sido o homenageado seguidor dos princípios da humildade, da honestidade e do trabalho, base de conduta para qualquer cidadão exemplar.

Cumpre resumidamente relatar um pouco da trajetória de vida do homenageado, Salomão Gonçalves de Alencar, nascido em 21/07/1934, filho de Antônio Gonçalves de Alencar e Francisca Maria da Conceição, filho e residente do Distrito do São Romão, em que constituiu sua família ao casar com a Sra. Antônia Helena Gonçalves de Alencar, tendo uma filha a Sra. Maria Lúcia Pequeno e como neto José Gonçalves Pequeno.

Quando em vida se dedicou a família, exerceu a agricultura no cultivo e desenvolvimento agropecuário local, além de ter se dedicado a vida pública exercendo a função parlamentar nesta Casa Legislativa na década de 60, compondo o primeiro quadro parlamentar do município bem como um dos primeiros parlamentares



representante do Vale do São Romão, em especial da comunidade da Bananeira.

Após a construção de grande legado social, familiar e político morre na data de 02 de abril de 2018, aos 83 (oitenta e três) anos, deixando sua história e exemplo de vida como patrimônio imaterial histórico aos filhos do Vale do São Romão.

Assim por considerar válida a homenagem encaminhado à apreciação de meus pares a presente proposição, e, nesse sentido, solicito a aprovação do referido Projeto de Lei.

Isto posto, na certeza de ter demonstrado, embora de modo sucinto, a pertinência da medida é que encaminho o presente projeto de lei bem como solicito a Vossa Excelência e nobres edis a apreciação e aprovação do presente projeto, nos termos regimentais.

Renovo meus sinceros votos de apreço e consideração a Vossa Excelência e ilustres pares.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves.  
Vereadora/PT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

REQUERIMENTO Nº \_\_/2021.

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do Art. 146, III, (Regimento Interno), requer a V. Exa., ouvido o Plenário, requerer ao poder executivo, através da Secretaria de Infraestrutura, **a pavimentação em pedra tosca no trecho que contempla a Vila Mandú até a avenida Pedro Delfino.**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das sessões, 17 de Maio de 2021.

Paulo Geaneo  
Vereador/PT

**E-mail: [paulogeaneodemoura@altaneira.ce.leg.br](mailto:paulogeaneodemoura@altaneira.ce.leg.br)**



**Câmara Municipal**  
**Altaneira**  
*www.camaraaltaneira.ce.gov.br*

**VEREADOR**  
**PAULO GEANEO**

**E-mail: [paulogeaneodemoura@altaneira.ce.leg.br](mailto:paulogeaneodemoura@altaneira.ce.leg.br)**

---

*Rua Joaquim Soares da Silva, 406 - Centro CNPJ 12.466.553.0001-13*  
*E-mail: [contato@altaneira.ce.leg.br](mailto:contato@altaneira.ce.leg.br) (88) 3548-1168*



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA  
MUNICIPAL DE ALTANEIRA:

REQUERIMENTO Nº 083 /2021

Câmara Municipal de Altaneira  
SERVIÇOS DE PROTOCOLO UNICO  
REGISTRADO SOB Nº 202/2021

Data: 17 / 05 / 2021

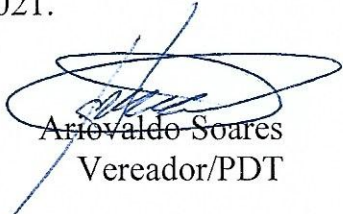
  
\_\_\_\_\_  
Servido Responsável

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, Art. 38, XXI, c/c Art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 98 e 99 e seus incisos, da Resolução nº 04/2011 – Regimento Interno; requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, Joaquim Paulino da Silva Junior, solicitando a inclusão dos trabalhadores das empresas CAGECE e SISAR, como grupo prioritário dentre a programação da vacinação do covid 19, deste Município.

A presente iniciativa visa a inclusão dos trabalhadores das empresas CAGECE e SISAR, que atuam em nosso Município. É sabido por todos, que referidos trabalhadores visitam os domicílios da sede no caso da CAGECE e da SISAR, no caso da zona rural, ao menos um vez no mês, tendo, por tanto, em muitas casas a necessidade de adentrar as residências, pois a maioria dos relógios são embutidas dentro das residências, o que de todo modo, enseja a necessidade de contato com os moradores.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2021.

  
Ariovaldo Soares  
Vereador/PDT



**Câmara Municipal**  
**Altaneira**  
www.camaraaltaneira.ce.gov.br

**VEREADORA**  
**SILVÂNIA ANDRADE**  
(88) 99709-3476

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA:

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2021.**

A Vereadora que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, Art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 98 e 99 e seus incisos, da Resolução nº 04/2011 – Regimento Interno; requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de providência: Instalação de novos bancos nas praças da igreja e Padre David Augusto Moreira.

Justificativa em Plenário.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 17 de Maio de 2021.

Silvânia Andrade  
Vereadora/PT





**Câmara Municipal**  
**Altaneira**  
*www.camaraaltaneira.ce.gov.br*

**VEREADORA**  
**RAFAELA GONÇALVES**  
**(88) 9.9454-5460**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA:

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2021.

A Vereadora que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, Art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 98 e 99 e seus incisos, da Resolução nº 04/2011 - Regimento Interno; requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Poder Executivo - Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Genival Ponciano da Silva, com o seguinte pedido de providência; **a pavimentação em pedra tosca da estrada vicinal entre o trecho localizado na ladeira de acesso da Chapada do Romeiros, com início na frente residência do Sr. Sebasto até o calçamento do início da "ladeira grande" do São Romão.**

Justificativa:

O pedido que ora fazemos se justifica na necessidade de infraestrutura dessas vias, pois se encontram sem pavimentação, dificultando a passagem de veículos automotores e moradores comunidade. Na quadra invernosa piora a situação gerando crateras no solo, além da abertura de valas na ladeira, a qual é bastante íngreme e composta por sinuosas curvas, situação que agrava a circulação de veículos e moradores a sede do município, bem como agrava os riscos de acidentes na região.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves  
Vereadora/PT



**Câmara Municipal**  
**Altaneira**  
*www.camaraaltaneira.ce.gov.br*

**VEREADORA**  
**RAFAELA GONÇALVES**  
**(88) 9.9454-5460**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA:

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2021.

A Vereadora que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, Art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 98 e 99 e seus incisos, da Resolução nº 04/2011 - Regimento Interno; requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Poder Executivo - Secretário Municipal de Administração, bem como demais secretarias municipais, com o seguinte pedido de providência; o fornecimento de vestimentas adequadas padronizadas com as cores do município para os funcionários do Poder Público municipal.

Justificativa:

O pedido que ora fazemos se justifica na necessidade de melhor identificação pessoal do servidor e/ou funcionário no exercício do serviço público bem como para formalizar as vestimentas e assim permitir que o usuário do serviço público melhor possa identificar o servidor por seu setor e função designada.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2021.

Dra. Rafaela Gonçalves  
Vereadora/PT